

Conhecendo a realidade da Economia Solidária: o mapeamento de empreendimentos

Susana Iglesias Webering (UFRJ) susana.iglesias@bol.com.br

Resumo

Este artigo constitui um resumo da dissertação de Mestrado concluído no Programa de Engenharia de Produção da COPPE/UFRJ em 22 de setembro de 2005. Aborda o tema da Economia Solidária, justificando a necessidade de sua discussão a partir das lacunas não preenchidas pelo pensamento único e a concepção de desenvolvimento. O que é questionável em uma determinada realidade deve fazer surgir uma nova proposta, configurando o que viria a ser a teoria crítica e, a partir desse ponto, analisar a própria Economia Solidária como uma nova forma de produção, consumo e trocas.

A falta de um diagnóstico mais preciso sobre a realidade da Economia Solidária, no entanto, surge como dificuldade para as suas elaborações e na formulação políticas públicas adequadas. O mapeamento de empreendimentos solidários que está sendo realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária aparece como um instrumento para o conhecimento dessa realidade.

Palavras-chave: Economia Solidária, mapeamento, realidade.

1. Introdução

O objetivo deste artigo é contribuir para o debate de validade da Economia Solidária como crítica que vem se mostrando, enfatizar a sua relevância desde a visão econômica e de desenvolvimento de acordo com a realidade local, como mecanismo de sobrevivência e justificar a importância do conhecimento de sua realidade através do mapeamento de empreendimentos de Economia Solidária.

2. Contextualizando a Economia Solidária

Faremos, primeiramente, uma contextualização da Economia solidária no âmbito que se vive atualmente. Uma breve descrição dos fatores que contribuíram para o estabelecimento do capitalismo como modelo único e sobre a necessidade e a dificuldade de se construir uma crítica como resposta ao conformismo destrutivo que se estabeleceu.

O que pudemos observar, nas duas últimas décadas do século XX, é que passamos a viver um período em que o capitalismo conseguiu uma aceitação sem precedentes na sua própria história. Com a inviabilidade exposta pelos sistemas econômicos centralizados e autoritários, com o colapso dos países socialistas no final dos anos 80 e no início dos anos 90, pela derrocada de seu principal adversário e pela insuficiência de experiências alternativas concretas, o capitalismo terminou por configurar-se no final do século XX e início desse novo milênio como modelo único. As idéias neoliberais foram aceitas com tamanho sucesso que, a idéia de que “não há alternativa” parece ter sido absorvida, inclusive, por intelectuais progressistas. (SOUSA SANTOS, 2002) Houve uma retomada da idéia do mercado auto-regulado que, havia predominado no séc. XIX, com a diferença de que agora esse ressurgimento (em forma de neoliberalismo econômico) não veio acompanhado, como naquela época, pelas lutas e por um pensamento crítico elaborado. Situação que começa a mudar nos últimos anos com o nascimento de um ativismo contra a globalização hegemônica que se manifesta, por exemplo, na realização das edições do Fórum Social Mundial e em

articulações como no Brasil o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Essa seria uma reação inevitável uma vez que a utopia do mercado auto-regulado não poderia manter-se no tempo sem destruir o homem e a natureza.

Sousa Santos (2002, p.24) alerta para a urgência de se “formular alternativas econômicas concretas que sejam ao mesmo tempo emancipatórias e viáveis e que, por isso, dêem conteúdo específico às propostas de uma globalização contra hegemônica”, ressaltando a necessidade de uma reorganização dos movimentos e pensamentos críticos.

Baseado na escola Frunkfurtiana, mais especificamente em Habermas, Tenório (2002) afirma que teoria tradicional é o conhecimento positivista que visa basicamente o conhecimento e não uma transformação social; realiza-se pelo método empírico e gera proposições generalizáveis. Os acontecimentos sociais são considerados neutros, análogos aos que são considerados nas ciências exatas. As teorias críticas, por sua vez, têm três características principais: 1- são guias para a ação humana, uma vez que esclarecem aos seus agentes quais são seus verdadeiros interesses, os quais lhes viriam trazer uma verdadeira emancipação; 2- têm conteúdo cognitivo; 3- ao invés das teorias tradicionais que são objetificantes, as teorias críticas são reflexivas. Sendo reflexiva a teoria crítica deve investigar as interconexões dos fenômenos sociais e observá-los de acordo com o momento histórico daquela sociedade.

Boaventura de Sousa Santos diz que a afirmação fundamental do pensamento crítico “não se reduz ao que existe” (2002, p.25). A realidade deve ser vista como um campo de possibilidades que a teoria crítica deve ampliar através da reflexão e experimentações de alternativas e formas de sociedade mais justas. Ou seja, a teoria crítica tem uma característica transcendente aos acontecimentos e interconexões sociais, não se restringindo apenas ao que existe, mas propondo a melhora da realidade de um determinado momento. Talvez a dificuldade que existe em se criar uma teoria crítica alternativa ao capitalismo, a dificuldade que existe de se chegar a um consenso das definições de Economia Solidária esteja no fato de não conhecermos a realidade local.

Sousa Santos (2001) relaciona dois fatores responsáveis pela dificuldade em se elaborar uma crítica. O primeiro fator, a concepção da sociedade como uma totalidade. O homem é multicultural e esse fato é apenas considerado nos estudos das ciências sociais ou nas configurações transdisciplinares. Como o modelo transplantado não funciona, também não funcionaria um único princípio de transformação. Os tipos de dominação são múltiplos, como são múltiplas as resistências e os atores que as protagonizam.

O autor chileno Luiz Razeto faz uma abordagem em que utiliza termos como “absolutización”, “padronización” e “reproducción” do pensamento econômico, através de uma panorâmica das três fases da ciência econômica (RAZETO,1985).

A fase clássica deu origem a um amplo campo de reflexão com questionamentos antes filosóficos, como a essência da riqueza e sua necessidade efetiva, desenvolvendo-se nessa fase como ciência social e política a saber o sistema de atividades e relações econômicas, políticas e sociais das classes e grupos sociais.

Na fase Neoclássica os processos econômicos passaram a ser explicados através de leis e postulados. O objeto de estudo passa a ser o mercado que assumiu formas que podem ser previsíveis por leis de regularidades, dados objetivos e quantificáveis deixando para trás os dinamismos culturais e políticos. São as idéias liberais que se estabelecem introduzidas por grupos que detêm o capital e que organizam as atividades econômicas, subordinando o trabalho ao capital.

A fase Keynesiana, surge a partir dos desequilíbrios de mercado (manifestados pela inflação, desemprego, especulação) e a crise dos anos 30, marcada pelas elaborações de Keynes. O

centro do estudo se transporta para as políticas públicas econômicas. O Estado passa a ser considerado um novo sujeito econômico. O objetivo deixa de ser o equilíbrio e passa a ser o crescimento.

Verificou-se que nas últimas duas décadas se multiplicaram os esquemas teóricos, os instrumentos de análise e mais ainda a quantidade de informações. No entanto, nunca houve tanta dificuldade em se compreender os processos econômicos, em se propor políticas adequadas capazes de resolver os problemas de desequilíbrios crescentes que se observam. É uma situação paradoxal que acontece em diversas sociedades de diversas culturas, etapas de desenvolvimento, regimes políticos e econômicos.

Razeto (1985) lembra que as relações de doação, cooperação, as empresas de trabalhadores, os mecanismos de sobrevivência como resposta à crise da economia e do trabalho sempre existiram, mas foram ignorados pela ciência econômica.

Estaríamos, portanto, na eminência de um quarto momento: o de se reconhecer essas relações como agente econômico que representam.

O segundo fator de dificuldade, segundo Sousa Santos (2001), é a crise sobre o que é desenvolvimento. Constatou-se que a industrialização não é o motor do desenvolvimento. Ela esteve assentada na natureza e incapaz de perceber a relação de destruição desta e da sociedade. A corrida dos países da periferia para aproximar-se dos países desenvolvidos através do aumento de índices como PIB e taxa de crescimento, aumentou ainda mais tanto as diferenças internas (aumento das desigualdades e concentração de renda) quanto as externas. Os países ricos ficaram mais ricos e os pobres mais pobres, acabando a industrialização por trazer desenvolvimento para apenas um terço da humanidade. (SOUSA SANTOS, 2001, p.28)

Uma melhor distribuição das riquezas seria mais importante que um bem-estar medido pelo nível de desenvolvimento. (STIGLITZ, 2002) É cada vez mais notória a falência do atual modelo de desenvolvimento e que talvez, mais importante do que formas de desenvolvimento alternativo, o melhor seria que começássemos a pensar em alternativas ao desenvolvimento. Stiglitz (2002), que atuou três anos como economista chefe do Banco Mundial, discorre com excelência as incoerências dos projetos desenvolvimentistas, financiados por organismos como o Banco Mundial e outros órgãos, assim como o processo de globalização das últimas décadas, quando países pobres do mundo em desenvolvimento se viram ainda mais prejudicados nas negociações sobre barreiras comerciais e tratados que normalmente favorecem os países do Ocidente. O próprio Stiglitz discute a necessidade de se repensar a globalização e organismos como o FMI e o Banco Mundial.

Essa situação tem contribuído para cada vez mais as pessoas sentirem a necessidade de estarem inseridas em locais de pertencimento. À medida que o global cresce, amplia-se também o sentimento do local. O próprio processo de globalização e sua mercantilização do mundo introduzem localmente uma espécie de incerteza. Uma forma de reação é a busca da certeza de pertencimento que a proximidade garante. Daí as variadas manifestações sob formas de difusão ecológica, adesão a grupos religiosos e culturais, os diversos empreendimentos de Economia Solidária. Ao contrário do cientificismo, as atitudes e observações têm base em crenças e conceitos locais. (ZAOUAL, 2003)

A esses locais Zaoual (2003) dá o nome de “sítios simbólicos de pertencimento” ou de “pertença”: sítio se referiria ao local geográfico (bairro, cidade, região, etc) e também em sentido simbólico (adesão a uma cultura, a uma ideologia, a uma religião). Os sítios funcionam como peritos daquele conhecimento e do coletivo, capazes de criar mecanismos de cooperação e organização que estabilizam seus organismos sociais. O autor compara esse conhecimento a uma “caixa preta” do sítio (que contém memórias, conceitos, mitos, saber

social e ação mobilizadora), e que precisamos conhecer as caixas pretas para podermos contribuir, de maneira eficaz, nas conceituações e agir junto a atores locais. O mundo é um emaranhado de *sítios* e a idéia de uma pureza é destrutiva. Zaoual evoca uma “economia não violenta” como resposta a uma economia violenta, cujo equilíbrio está na diversidade e não na uniformidade. No cerne da problemática da mundialização está o indivíduo “situado”, que mesmo que esteja sendo arrastado por ela tenta dar significados locais à técnica.

Milton Santos (1997) faz uma abordagem do *espaço* que se aproxima bastante dos “sítios” de Zaoual. O autor trata o *espaço* como meio trans-histórico, onde acontece o acúmulo dos tempos, a materialização da história e das ações humanas. Quando não o entendemos dessa maneira e perdemos esse diálogo, têm-se como conseqüência a criação e desenvolvimento de projetos que em si mesmos se tornam destrutivos naquele determinado espaço.

De acordo com a abordagem de Sousa Santos (2001;2002) vimos que o pensamento crítico surge a partir de práticas que acontecem na realidade, de uma análise ao modelo capitalista baseada em acontecimentos muitas vezes dispersos na sociedade, devendo ser reflexiva sobre o que é empírico e assim, conseqüentemente, acaba por avançar como teoria e como possibilidade propulsora, exercendo a função de melhorar o questionável no que existe, não se restringindo apenas ao seu objeto de análise. Os dois fatores apontados pelo autor como dificuldades para a elaboração de críticas verdadeiramente emancipatórias e viáveis, da maneira como foram complementados pelas abordagens de Razeto, Stiglitz, Zaoual e Santos, sobre a forma como se configura a Ciência Econômica, a idéia do que é desenvolvimento e a discussão da técnica inserida nos “sítios” e no *espaço*, nos dão as bases que tornam necessária a discussão da economia solidária no âmbito que vivemos. Assim como, a necessidade de conhecermos a realidade da Economia Solidária para que possamos avançar como teoria, práticas e técnicas, contribuindo para a melhoria de nossa própria realidade.

2. Economia Solidária

Atualmente não é a economia empresarial nem a estatal que vêm criando condições de trabalho a uma parcela crescente da população, apesar de toda a sua fragilidade, é a economia popular quem vem cumprindo esse papel. Esta, caracteriza-se não por investimentos de capital, mas pela própria força de trabalho, em forma de microempresas e empreendimentos que dificilmente se separam da unidade familiar. (CORAGGIO, 1998).

Quando se passa a exercer o apoio mútuo, a cooperação e o compartilhamento das formas de conhecimento, mercados e tecnologias, a *economia popular* passou a ser chamada de *Economia Popular Solidária*. Como as associações de pequenos empreendedores que se unem para ter acesso a serviços comuns, ou para facilitar o diálogo com o Estado, para conquistar normas mais favoráveis ao seu desenvolvimento ou mesmo na participação de discussões como o desenvolvimento local. Na prática, as atividades desenvolvem um caminho e uma estratégia baseados na solidariedade.(ORTIZ ROCA, 2002)

No entanto, a discussão da Economia Solidária não está limitada aos esforços no setor popular e rural, mas em seu sentido amplo de cooperação em empreendimentos autogestionários (que podem não ser necessariamente do setor popular), como também na relação destes com o Estado, entidades e sociedade civil. (ORTIZ ROCA, 2002)

Para Gaiger (2000), a economia solidária pode ser caracterizada pelas práticas de autogestão e cooperação utilizadas nos empreendimentos autogestionários, que alteram os princípios da empresa tradicional e propiciam uma unidade entre a posse e o uso dos meios de produção. Citando: a propriedade social dos meios de produção; o controle e poder de decisão pertencem de forma paritária à sociedade de trabalhadores; a gestão é determinada pela

sociedade de trabalhadores, que organiza o processo produtivo, opera as estratégias econômicas e decide sobre o destino do excedente produzido.

Na discussão da Economia Solidária surgem ainda outros aspectos que se manifestam através do consumo, das redes solidárias e da moeda social.

O consumo solidário acontece em função não só do seu bem-viver pessoal, mas do bem-viver coletivo, quando se pensa nos trabalhadores que produziram aquele produto ou serviço como também no meio ambiente.

Por redes solidárias entende-se “uma estratégia para conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares em um movimento de realimentação e crescimento conjunto, auto-sustentável”. Nas redes solidárias não deve haver qualquer tipo de exploração do trabalho, e sim a responsabilidade ecológica e o espírito de cooperação. O objetivo das redes é “remontar de maneira solidária e ecológica as cadeias produtivas”. (MANCE, 2003, p.220)

As moedas sociais, por sua vez, surgem em determinadas regiões e com indivíduos que dependem do dinheiro para fazerem circular suas mercadorias e para adquirirem novos produtos. A solução encontrada é a criação de meios de troca que viabilizem a organização da cadeia produtiva, o que fortalece a cooperação e confiança entre os grupos, através do ato da construção de um meio diferenciado de intermediar as relações econômicas.

3. Economia Solidária no Brasil: a “materialização” do movimento

O termo economia solidária surge no Brasil nos anos 90, através das pesquisas que evidenciavam o surgimento de um novo tipo de relação entre atores sociais no centro de uma crescente precarização do trabalho e exclusão. Tais relações já se notavam de maneira mais esparsa no início da década de 80, nos projetos comunitários e no movimento da Pastoral da Igreja Católica, mas é nos anos 90 que os movimentos se multiplicam. Estudos relacionados às ações realizadas pela sociedade - como campanhas de combate à fome, à miséria e ao desemprego - e sobre políticas públicas - como programas de renda mínima, de qualificação e requalificação e o microcrédito -, fizeram parte do processo de propagação do movimento.

Uma das parcelas mais organizadas do movimento é a dos operários que ao terem a posse da massa falida das empresas formam cooperativas buscando a sobrevivência no mercado e a manutenção dos postos de trabalho, diversas empresas do tipo formaram a ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária). Outra parcela corresponde às iniciativas de produção e serviços caracterizados pela baixa exigência de qualificação profissional, intensivos em mão-de-obra, com defasagem tecnológica ou pouco baseada em conhecimentos técnico-científicos. Vale citar ainda as entidades e organizações de apoio à economia solidária que se desenvolveram nos últimos anos: Cáritas, órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional); a rede de ITCPs (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares); CEDAC (Centro de Ação Comunitária/RJ); PACS (Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul/RJ); IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas/RJ); CAPINA (Cooperação e Apoio a Projetos de Aspiração Alternativa/RJ) que é a atual secretaria do Fórum de Cooperativismo Popular (FCP) do Rio de Janeiro; etc. (SINGER e SOUZA, 2000) A reflexão sobre esses desenvolvimentos e outros relacionados originou o campo de trabalho denominado Economia Solidária.

A partir de 2001, com a articulação de diversas entidades e empreendedores através de um Grupo de Trabalho (GT) para a organização das atividades do tema Economia Solidária nas edições do Fórum Social Mundial, foram realizados diversos encontros que buscavam criar uma identidade para o grupo e a Economia Solidária no Brasil. Esse efeito foi ainda mais

impulsionado pelas eleições presidenciais em 2002. O GT formulou uma carta ao novo governo onde propunha políticas de apoio ao desenvolvimento da Economia Solidária. Durante o III FSM (em Porto Alegre, janeiro de 2003) o novo governo anuncia a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no Ministério do Trabalho sob a direção do professor Paul Singer. Em junho de 2003, a continuidade dos trabalhos do GT dá origem ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). (GRUPO DE TRABALHO BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA / FSM, 2003)

4. Conhecendo a realidade

A última década registrou o crescimento da Economia Solidária através da criação das redes e organizações que atuam hoje nesse campo. Há cinco anos não existia o FSM e vimos como, a partir dele, a organização e parceria entre empreendimentos e entidades deu origem ao FBES e a própria SENAES. Percebemos que as práticas consideradas hoje como Economia Solidária são remanescentes de outros períodos e que, a partir dessa nova concepção, vêm se fortalecendo, multiplicando e ganhando visibilidade.

No entanto, além das dimensões políticas e culturais já constatadas, é necessário o conhecimento de dimensões econômicas factíveis, sem as quais aquelas propostas se fragilizariam. Nesse ponto, nos deparamos com a falta do conhecimento dessas dimensões e a importância da pesquisa de mapeamento dos empreendimentos, de maneira que os Governos possam contribuir respondendo à demanda com políticas públicas adequadas, crédito e, principalmente, uma das questões de maior urgência: leis que facilitem as atividades econômicas desses empreendimentos.

Com o intuito de formular uma metodologia que pudesse mapear os empreendimentos de ES no país foi criado no FBES (no final de 2003), o GT brasileiro de mapeamento. O objetivo era o de suprir uma demanda do FBES e dos próprios Fóruns Estaduais de Economia Solidária (ou equivalentes), onde o mapeamento dos empreendimentos sempre foi um desafio. Nesse grupo, participam a SENAES e as organizações do FBES que contavam com experiência em pesquisas e bancos de dados de Economia Solidária. (BRASIL,2004a).

A partir das experiências dessas diversas entidades foi elaborado o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). A maior preocupação era a de se elaborar uma metodologia que pudesse ser aplicada nacionalmente. (MOTTA; LOPES, 2005)

O mapeamento não constitui um censo nem mesmo amostragem, uma vez que, para se considerar a amostra é necessário o conhecimento mais aproximado do universo e a existência de uma categoria. É com este intuito - o de se criar uma categoria primeiramente - que está acontecendo o mapeamento, de modo que possa contribuir para a construção de outros levantamentos e análises.

O mapeamento está acontecendo de maneira descentralizada e participativa nos Estados que deverão ter, cada um, uma Equipe Gestora Estadual (EGE), estando presente e sendo essencial a parceria entre *movimento* e *Estado* para a sua realização.

Ao mesmo tempo, a equipe, através da estratégia escolhida em seu Estado, tem a possibilidade de criar mecanismos de divulgação e incentivo aos empreendimentos, articulando as necessidades do movimento no local e os objetivos do Governo, não havendo funções delegadas a cada parte mas parceria e contribuição mútua. Somente através dessa articulação é possível que se chegue ao maior número possível de empreendimentos.

A constituição de um Sistema de Informações em Economia Solidária tem como principais objetivos descritos pela SENAES (BRASILa; BRASILb, 2004): constituir uma base de informações sobre a ES; contribuir para a integração, bem como o fortalecimento dos

empreendimentos através de cadastro e catálogos de produtos e serviços viabilizando uma melhor comercialização; visibilidade da ES, favorecendo e fortalecendo a organização e apoio da sociedade; base para o reconhecimento da importância da ES em processos públicos; subsidiar a elaboração de políticas públicas; contribuir para a elaboração de um marco jurídico de acordo com a realidade da ES no Brasil; fonte para estudos e pesquisas em ES.

O mapeamento vem acontecendo em todos os Estados brasileiros, cada um com a sua EGE. Foram contratados mais de 700 entrevistadores que estão visitando os empreendimentos e aplicando os questionários. Também estão envolvidas 230 entidades. A estimativa é de 20.000 empreendimentos e dois milhões de pessoas envolvidas (disponível em www.sies.mte.gov.br).

De acordo com os dados preliminares do mapeamento divulgados em video conferência na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) em 19 de setembro, até o momento, mais da metade dos empreendimentos entrevistados surgiram a partir da década de 1990. Quanto à concentração, 47% estão na região Nordeste, 22% na região Sul, 12% na região Norte e o restante nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Quanto à forma de organização, 60% são associações, 15% cooperativas e 22% são grupos informais. As atividades estão concentradas na área agrícola (45%), seguido pelo artesanato e em terceiro lugar pelos serviços nas áreas urbanas. As informações devem ser apropriadas principalmente pelo movimento no fortalecimento dos fóruns e pelos empreendimentos no fortalecimento das redes e cadeias produtivas. No Rio de Janeiro a entidade executora do mapeamento é o IBASE.

No momento, o GT Brasileiro de mapeamento vem discutindo como vai ser feito o gerenciamento do SIES nos Estados e a nível nacional, de que maneira as informações poderão acessadas, compartilhadas e atualizadas.

4. Conclusão

Buscando analisar a Economia Solidária desde as lacunas que não foram preenchidas pelas teorias econômicas e de desenvolvimento, vimos como a insuficiência desses pensamentos deixou espaços onde surgiram experiências de trabalho que geram um outro tipo de economia e desenvolvimento, diferente daqueles pregados pelo pensamento capitalista dominante. Experiências que não são *alternativas* no seu sentido de opção, mas necessárias para a sobrevivência, inerentes àquelas pessoas e lugares. São práticas que, pelo menos a princípio, não *idealizam* uma transformação, porém da maneira como se organizam, consomem, comercializam e produzem, configuram uma lógica distinta do capitalismo. Essa dinâmica não é recente, mas agora é reconhecida no que se passou a chamar de Economia Solidária.

Ao analisarmos suas características, percebemos que os princípios sobre os quais se baseia essa *outra economia* configuram uma outra maneira de produzir e agir em relação ao consumo, implicando também uma consciência política. Assim como, os elementos que a aproximam do pensamento crítico na maneira em que propõe algo realmente novo, porém se encontra ainda em construção e necessita conhecer a sua própria realidade.

Os dados, ainda que sejam preliminares, nos dão uma idéia da dimensão e importância da Economia Solidária. Essas dimensões nos fazem retomar à discussão de Luis Razeto sobre o fato das relações de doação, cooperação e as empresas de trabalhadores serem normalmente ignoradas pela ciência econômica moderna, que reconhece apenas as relações mercantis e os processos por elas gerados e mais recentemente os setores regulados da economia. Alguns aspectos parciais da Economia Solidária já estão sendo mais discutidos e incorporados, através de elaborações específicas, como o caso da autogestão, porém, que não são integrados ao corpo da disciplina, gerando uma tensão no que se refere à natureza econômica desses

empreendimentos, como lembra Razeto, uma espécie de “anti- economia” (RAZETO, 1985). O crescimento desses grupos comprova a necessidade da discussão como economia que representam (o quarto momento), a incorporação desses novos atores econômicos, que por sua vez também precisam se reconhecer como tal, discutir o mercado, as técnicas e os espaços que necessitam e ocupam. Na medida em que contribuem para a melhoria de vida das pessoas através da inclusão social, recuperação da auto-estima e da valorização do trabalho, não deixam estar gerando um tipo de desenvolvimento - de fato diferente daquele proposto e idealizado até agora. Esse tipo de desenvolvimento todavia, não ignora a necessidade de técnicas, ao contrário, os grupos reclamam por elas. Mas a necessidade de técnicas surge situada, adequada à realidade do *espaço* / “sítio”.

Espera-se que, com o conhecimento da realidade da Economia Solidária, tendo o mapeamento como instrumento, despertemos para uma ação *reflexiva* sobre como contribuir para a melhoria dessa realidade.

Referências

- BRASIL. MTE- Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES)*: Termo de Referência. Brasília/ DF: 2004a.
- _____. *Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) – Fase II*: Manual de Entrevista.. Brasília/ DF: 2004b.
- CATTANI, Antônio David (org). (2003) - *A Outra Economia*. Veraz Editores. Porto Alegre.
- CORAGGIO, José Luis. (1998) - *Economia Urbana: La Perspectiva Popular*. Ediciones Propuesta. Quito.
- GAIGER, Luiz Inácio. (2000) - Os caminhos da Economia Solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (orgs). (2000) - *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. Contexto. São Paulo. p.267-283.
- GRUPO DE TRABALHO BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA/ FSM. (2003) - *Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária*. FASE. Rio de Janeiro.
- MANCE, Euclides. (2003) - Redes de Colaboração Solidária. In: CATTANI, Antônio David (org). (2003b) - *A Outra Economia*. Veraz Editores. Porto Alegre. p.219-225.
- MOTTA, Eugênia de Souza Mello Guimarães; LOPES, João Roberto. (2005) - Relatório do Seminário do SIES. Brasília.
- ORTIZ ROCA, Humberto. (2002) - Las dimensiones moral y humana de la ayuda a la deuda y la cooperación internacional: deuda externa, cooperación internacional y solidaridad económica. In: CONFERENCIA SOBRE LA HUMANIZACIÓN DE LA ECONOMÍA GLOBAL, Washington, DC. *Artigo, 26 f*. Disponível em: http://www.riless.ungs.edu.ar/documentos/398_ortiz_humanizacion.pdf . Acesso em 04 de junho de 2005.
- RAZETO, Luis. (1985) - *Economia de Solidaridad y Mercado Democrático, Libro Segundo*. Ediciones PET. Chile.
- SANTOS, Milton. (1997) - *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico Científico Informacional*. Editora Hucitec. São Paulo.
- SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (orgs). (2000) - *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. Contexto. São Paulo.
- SOUSA SANTOS, Boaventura. (2000) - *Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.
- _____. (2001) - *A Crítica da Razão Indolente: Contra o desperdício da Experiência*. Cortez. São Paulo.
- STIGLITZ, Joseph E. (2002) - *A globalização e seus malefícios*. Futura. São Paulo.
- TENÓRIO, Fernando Guilherme. (2002) - *Tem Razão a Administração?* Ensaios de Teoria Organizacional e Gestão Social. Editora Unijuí. Ijuí.
- ZAOUAL, Hassan. (2003) - *Globalização e Diversidade Cultural*; textos selecionados e traduzidos por Michel Thiollent. Cortez. São Paulo.